

RESENHAS

MULHER E EDUCAÇÃO FORMAL NO BRASIL: Estado da Arte e Bibliografia

FÚLVIA ROSEMBERG, EDITH PIZA E THEREZA MONTENEGRO

São Paulo, Fundação Carlos Chagas/INEP/REDUC, 1990.

Se, como pesquisadoras(es) da temática Mulher e Educação ou de Relações de Gênero e Educação, freqüentemente fazemos um trabalho de "garimpagem" para identificar e localizar fontes para nossos estudos, ou muitas vezes temos de nos valer de contatos pessoais para construirmos redes de informações e avançarmos de modo mais coletivo na área, agora acabamos de receber uma importante contribuição para esta tarefa.

O lançamento do estudo *Mulher e Educação Formal no Brasil*, elaborado por Fúlvia Rosemberg, Edith Pompeu Piza, Thereza Montenegro, com a participação de Tina Amado, da Fundação Carlos Chagas, traz-nos, nas palavras de suas autoras, "um balanço crítico da produção acadêmica sobre mulher e educação no Brasil", no período 1975-1989. E está é, sem dúvida, uma revisão crítica e exaustiva do que se produziu na área neste período, incluindo teses, dissertações, livros, artigos de periódicos, relatórios de pesquisa, textos apresentados em congressos e encontros, resumos incluídos em anais etc. O resultado final deste levantamento, que percorreu muitas bibliotecas, núcleos de estudo, conselhos e coordenadorias, delegacias e outras instituições ligadas à mulher no país, é uma síntese imprescindível para as pessoas interessadas na temática.

Mas o texto vai muito além de uma coletânea bem feita da produção acadêmica, embora esta já fosse por si só uma contribuição significativa. O documento não só nos diz *quem* faz (ou fez) pesquisa sobre o tema, como também *como* estes estudos têm sido feitos, *o que* privilegiaram e privilegiam, *quais as questões* que se propõem a responder e as que ainda

não se propuseram a fazer, levando-nos a refletir sobre o porquê de tantas perguntas não feitas, ou manifestadas apenas em conversas informais.

Na apresentação do trabalho somos lembradas da desarticulação existente, ainda hoje, em muitos estudos sobre educação e sobre mulher, ou seja, as dificuldades em integrarem-se os conhecimentos produzidos nestas duas áreas. Estes desconhecimentos (ou insensibilidade?) têm levado a um aproveitamento mínimo dos resultados empíricos, dos ensaios e construções teóricas que vêm dando suporte às pesquisas nestes dois campos. Os levantamentos sobre a pesquisa em educação no Brasil, bem como os balanços dos estudos sobre mulher, realizados por diversas instituições e estudiosos/as são um atestado deste divórcio. Um importante motivo para se dar atenção ao presente texto.

O documento constitui-se de duas partes: a primeira trata do "estado da arte", e a segunda, da bibliografia. Comentando o resultado de seu trabalho, as autoras falam de um possível descompasso entre o desejo e a realidade (aqui entre o desafio da construção de um texto que superasse a fragmentação do conhecimento na área e integrasse todas as fontes de informação, e as dificuldades para realizar esta tarefa). Falam também que seu texto reflete "idiossincrasias, preferências e lacunas" decorrentes de sua formação. Impossível ser de outro modo, dado o caráter interdisciplinar que este estudo exigiu. Seu texto teria fatalmente de privilegiar o material a que tiveram acesso (e que foi bastante amplo) e revelar suas próprias ênfases na análise. Valho-me destas referências para justificar também meus comentários.

Evidentemente minha leitura também privilegiou algumas seções, ainda que tenha sido capaz de valorizar a abrangência do estudo. Como um material de consulta e de referência, o texto provoca uma aproximação "endereçada". Nos diferentes capítulos — história, escolaridade, trabalho, corpo — e em suas subseções, encontra-se uma cuidadosa apreciação sobre a produção mais diretamente ligada a cada um

desse enfoque, identificando os trabalhos básicos ou mais referidos ou, ainda, aqueles que se propuseram ou provocaram mudanças nas orientações teóricas, bem como o quanto foram capazes de atingir suas intenções.

Seguimos uma trajetória que nos remete inicialmente aos textos de denúncia das discriminações feitas à mulher e de busca da legitimação acadêmica desse campo de estudos. Percebemos as grandes "viradas" epistemológicas e aquelas mudanças talvez ancoradas em modismos. Identificamos estudos nos quais os sexos são entendidos enquanto "variáveis naturalizadas ou independentes", passamos pelos trabalhos de marcada referência marxista e encontramos aqueles que pensam a educação na perspectiva das relações de gênero. As implicações destas diferentes óticas, com suas limitações e potencialidades, são apontadas pelas autoras. Certamente tais perspectivas teóricas não se sucedem numa trajetória linear mas, ao contrário, coexistem, e acredito que, de algum modo, estão na base das discussões que atualmente se travam entre as/os estudosas/os da área. Em especial a utilização da categoria gênero, enquanto construção social e histórica do sexo, parece-me que traz importantes implicações. Tal categoria supõe uma análise relacional, ou seja, traz implícita a idéia de relações entre feminino e masculino e acentua que estas relações são construídas numa sociedade determinada; sugere também que outras contradições sociais, como classe e raça, deverão necessariamente ser articuladas na análise. Se esta é, a meu ver, uma importante mudança no olhar, ela ainda persiste como um ponto polêmico para algumas pesquisadoras, o que sugere a necessidade de ser muito mais analisada e discutida. O presente texto pode também contribuir para este debate, uma vez que não só indica alguns dos mais significativos trabalhos que trazem o enfoque das relações de gênero, como aponta algumas/ns autoras/es que usualmente não constam das bibliografias sobre mulher e educação e que possivel-

mente permitiriam avançar nesta e em outras questões.

Em minha busca "endereçada", foi notadamente no capítulo sobre História que encontrei elementos importantes para o trabalho que venho realizando. A pequena produção sobre a educação da mulher no período colonial é aqui resgatada e comentada por Tina Amado, bem como o que se escreveu sobre os períodos imperial e republicano. É interessante o registro de que "novos ventos" (teórico-metodológicos) "sopram da área educacional e não da pesquisa sobre mulher". Estas novas abordagens (no caso especialmente estudos realizados na perspectiva da história das mentalidades, bem como os trabalhos apoiados na história oral) têm permitido uma ampliação considerável no conceito de fontes, têm levado estudosas/os a colocarem questões novas, a lerem de um modo novo as antigas respostas às perguntas já feitas, a valorizarem temas até então desprezados. Como estudiosa da área, posso afirmar que tudo isto é acompanhado de alguma "turbulência" e torna-se um foco provocador de debates — o que parece extremamente fértil.

Penso que a análise das limitações e avanços, apontados em relação aos estudos na área da história da educação, são exemplares da abordagem crítica que o documento realiza. Examinando mais agudamente algumas dessas questões (relativas à temporalidade, à regionalidade, às fontes e referenciais teóricos), acredito que podem ser pensadas não apenas para a área da história, mas são mais abrangentes e talvez devam ser problematizadas também em outros estudos. Refiro-me aqui especialmente à concentração dos estudos em determinadas regiões do Brasil e o conseqüente quadro fragmentado que se tem da educação no país; a utilização quase preferencial pelos documentos legais ou oficiais, os quais, se não devem ser desprezados, certamente não podem ser privilegiados como únicas fontes ou como fontes fundamentais. (Acredito que não serão apenas os estudos históricos que têm a ganhar com a utilização de

depoimentos orais, histórias de vida, fotografias, diários, cadernos de receitas etc.) Por outro lado, em educação, passamos de uma extremada valorização dos estudos quantitativos para um desprezo por tais informações, o que também pode nos levar a deixar de lado alguns dados significativos (ainda que a cautela em relação às estatísticas oficiais tenha razão de ser). O cuidadoso manejo das fontes secundárias e a vigilância diante dos modismos em termos de referenciais teóricos certamente são também aspectos importantes a serem lembrados às/aos pesquisadoras/es em geral.

Cada uma das demais seções do documento terá seu apelo específico. Trata-se aqui dos diagnósticos sobre a escolaridade, papéis e estereótipos sexuais, trabalho doméstico, mercado de trabalho e educação, professoras e acadêmicas; analisam-se produções na área da educação física e esportes, saúde e reprodução, sexualidade. Percebe-se pois a preocupação de registrar os diferentes enfoques dos estudos que se cruzaram com a questão da educação formal da mulher.

Completa o documento uma listagem das fontes consultadas e uma extensa bibliografia (mais de 700

títulos). Num momento em que se ensaia a introdução, nos currículos de graduação e pós-graduação de nossas universidades, das disciplinas sobre mulher e/ou relações de gênero, este material torna-se extremamente útil. É possível perceber o cuidado não só em levantar as referências das diferentes bibliotecas, arquivos, núcleos etc., como também coletar as bibliografias dos próprios textos consultados, o que representou um cruzamento de referências quase impraticável para pequenos grupos de pesquisadores. Num país onde já se tornou lugar comum (mas nem por isso tornou-se questão superada) a constante denúncia dos obstáculos à pesquisa e ao acesso às fontes de informação, à precariedade dos arquivos, às mazelas burocráticas etc., poder contar com um material como este é sem dúvida um grande passo. Cabe-nos agora desencadear novos estudos, aceitando os desafios de responder às perguntas e lacunas ou de continuar as vias mais férteis que a leitura deste documento nos aponta.

Guacira Lopes Louro